



XX REUNIÃO ESPECIALIZADA DA MULHER DO MERCOSUL

ANEXO III

Memória da Reunião

Realizou-se na cidade de Brasília, República Federativa do Brasil, dias 29 e 30 de outubro de 2008, a XX Reunião Especializada da Mulher do MERCOSUL, com a presença das Delegações dos Estados-Parte Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai; dos Estados Associados Venezuela e Chile; e do México, como Estado Observador.

Ao abrir os trabalhos a Ministra Nilcéa Freire, em nome do Brasil, deu as boas vindas às participantes da reunião.

Ana Falu, do UNIFEM, lembrou nomes de mulheres brasileiras que primeiro compreenderam a importância da organização das mulheres do MERCOSUL e reiterou o apoio do UNIFEM à Reunião Especializada da Mulher do Mercosul, que teve início com Branca Moreira Alves. Ana Falu comunicou, ainda, seu retorno à Argentina com o término da sua gestão à frente do UNIFEM.

A Ministra Ana Lucy Cabral do Ministério de Relações Exteriores cumprimentou as participantes e lembrou os 20 anos de atividades do MERCOSUL. Ressaltou a importância da REM e destacou políticas que vem sendo desenvolvidas pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres do Brasil.

Tendo em vista a saída de Ana Falu, foi aprovado se fazer chegar ao UNIFEM o reconhecimento da Reunião Especializada da Mulher do Mercosul pela atuação firme e cooperativa da gestão de Ana Falu na defesa e promoção dos direitos das mulheres na região.

Depois de aprovada a agenda, a reunião tratou os seguintes temas:

1. Apresentação, discussão e aprovação das propostas resultantes da reunião da Comissão de Especialistas na Área do Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

Foi apresentado o informe da Comissão, realizada no dia 29 de outubro, que reuniu as propostas formuladas e foi aprovado na Reunião de Ministras (Anexo IV).

As delegações ressaltaram a importância dos mecanismos técnicos criados nos espaços da REM, a exemplo da Comissão Técnica de Especialistas na Área de Violência, pois estes permitem compartilhar resultados e definir ações coordenadas na região.

Em seguida, os países presentes fizeram considerações sobre as propostas apresentadas, complementando-as com informes sobre as campanhas que serão realizadas em função do dia 25 de novembro, Dia de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Foi destacada a importância de se incorporar os homens a essa luta e que a REM reconheça e divulgue os países

em que os/as presidentes/as já se comprometeram com as campanhas, como Chile e Brasil, como estímulo para que outros/as presidentes/as o façam.

Foi ressaltada a importância da criação de um Registro Único para os casos de atendimento de mulheres vítimas de violência para que se conte com informações que impactem a política. A Venezuela ofereceu apoio e assessoria com sua experiência de registro único sobre violência, através do Instituto Nacional de Estatística.

O Brasil destacou a oportunidade de se avançar na proposta do Registro Único com o apoio da Cooperação Espanhola, ressaltando que no âmbito da Mesa Diretiva da CEPAL, a criação do Observatório da Igualdade de Gênero, também vai possibilitar recolher informações. Alertou, nesse âmbito, para a necessidade de uma definição mais precisa dos temas que serão coletados para o observatório, a exemplo do feminicídio, e propôs uma reunião, antes da reunião da CEPAL, para a definição de questões relacionadas ao Observatório.

Com relação ao Projeto Tráfico destacou-se a importância de que este não seja somente responsabilidade dos mecanismos das mulheres, mas que o Projeto integre outros ministérios e órgãos responsáveis pelo tema, ressaltando-se que sua efetivação dependerá das articulações interinstitucionais de cada país.

O Brasil propôs a criação de um Centro Conjunto de Acolhida às Mulheres Vítimas do Tráfico, em uma das fronteiras, como símbolo do trabalho da REM. Foi acordada, também, a realização de um Seminário, antes da próxima REM, na Cidade do Leste, Paraguai, para se discutir o conceito e modelos específicos de abrigamento para mulheres em situação de violência. O México colocou à disposição da REM o Manual de Procedimentos para Avançar o Abrigo para mulheres.

Com relação ao grupo virtual para a discussão dos temas da violência, criado na XIX REM, foi acordado que devem ser designadas pessoas responsáveis, em cada país, para o seguimento do grupo, para que este não fique sob responsabilidade das Ministras.

As delegações aprovaram um Comunicado Conjunto, que será divulgado nos meios de comunicação dos países, no dia 25 de novembro, Dia Internacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (Anexo V).

2. Apresentação, discussão e aprovação das propostas resultantes do Seminário Regional sobre Mulheres em Situação de Prisão.

Foram apresentados os resultados do Seminário Regional “Mulheres em Situação de Prisão – Diagnósticos e Desafios na Implementação de Políticas Integradas no âmbito do MERCOSUL”, que ocorreu nos dias 27 e 28 de outubro (Anexo VI).

Foi aprovada a criação de um Grupo de Trabalho no âmbito da REM para pensar políticas articuladas que transformem a situação das mulheres em situação de prisão na região. Como primeira tarefa o GT irá discutir as propostas resultantes do Seminário, com especial atenção para a normatização das legislações e situação das presas estrangeiras.

Reforçou-se a importância de que o tema seja uma agenda de trabalho permanente da REM, e que seja feita uma articulação com os demais organismos do MERCOSUL que trabalham essa questão.

3. Almoço de Trabalho

Durante o almoço de trabalho houve a apresentação da pesquisa Comércio, Gênero e Equidade na América Latina – alguns resultados.

Desta discussão resultou a proposta de criação de um GT para tratar do tema junto a outras instâncias do MERCOSUL.

4. Discussão do tema Participação das Mulheres nos Espaços de Poder e Decisão.

A SPM apresentou a “Campanha Mais Mulheres no Poder – eu assumo este compromisso”, do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres, Fórum Nacional de Instâncias de Partidos Políticos e pela Secretaria de Políticas para as Mulheres.

Após intensa discussão sobre as experiências e entraves que as mulheres vivenciam na participação política, foi sugerido que fosse realizada a Campanha Mais Mulheres no Poder para a região, de forma contínua. Esta Campanha deveria levar em conta uma plataforma mínima a ser assumida pelas mulheres de diferentes partidos: Paridade, Hierarquização da institucionalidade de gênero, Vida sem Violência, Direitos Sexuais e Reprodutivos, Paridade no Lar.

As delegações acordaram elevar uma proposta de parágrafo sobre a participação das mulheres nos espaços de poder e decisão para ser incluído no Comunicado de Presidentes do MERCOSUL (Anexo VII).

5. Informe e discussão do tema da institucionalização da REM e implementação da Secretaria Permanente.

6. Informe e discussão do Programa Conjunto de Cooperação Técnica, firmado entre o Mercosul e o Governo da Espanha.

Esses dois pontos foram discutidos juntos.

A SPM fez relato sobre a discussão da institucionalização da Secretaria Permanente para a REM que, até o momento, não foi efetivada.

Foi ressaltada a importância da continuidade das gestões para finalização dessa discussão, porque é importante a existência da Secretaria de maneira formal, inclusive para a possibilidade de seu financiamento. Mas enquanto a formalização não acontece acordou-se sobre a necessidade do apoio à Secretaria tendo em vista a experiência positiva desenvolvida até agora, e a necessidade de que a secretaria apóie desde já o Paraguai que será a próxima Presidência da REM.

Também foi apresentada a experiência positiva da criação de uma secretaria no CONCA – Conselho de Integração de Centro América, com o financiamento da Cooperação Espanhola durante 5 anos. Nesse caso, os países contribuem para um fundo para financiar as atividades do Conselho. No caso da REMA, organizada pelas Ministras da Comunidade Andina, a Secretaria Técnica foi formada com o apoio de UNIFEM e CE para fortalecer os mecanismos nacionais e regionais. Para a troca de experiências de funcionamento da Secretaria foi proposta a realização de uma reunião das presidências pró tempore da REMA, MERCOSUL e CONCA.

UNIFEM reiterou seu apoio à REM e ressaltou a importância de se ter uma assessoria técnica. Também relatou as reuniões com o MERCOSUL e com a Embaixadora de Espanha, na qual a Cooperação Espanhola reafirmou seu interesse e compromisso com os temas de gênero e de

políticas paritárias e igualitárias de gênero. Destacando novamente o pioneirismo da REM no tratamento dos temas, reiterou o comprometimento e o apoio do UNIFEM e a necessidade da consolidação da Secretaria.

A Cooperação Espanhola informou sobre o interesse de cooperar com a REM e a possibilidade imediata de financiamento para realização de projetos que incluam o fortalecimento das estruturas de gênero da REM.

A Argentina destacou a necessidade de aprofundamentos da discussão em torno da secretaria financiada. Levantou a preocupação com a leitura que pudesse vir a ser feita caso seja aceita a proposta da secretaria financiada, para que não se passasse a impressão de que a REM havia desistido da discussão de uma secretaria formalizada no âmbito das estruturas do MERCOSUL.

O Uruguai destacou justamente a importância da busca de financiamento para se avançar na direção de uma secretaria permanente.

A UNIFEM ofereceu apoio técnico para a formulação do que deverá ser encaminhado à Cooperação Espanhola, a exemplo da realização de reunião em algum dos países.

No sentido de contemplar todas as preocupações levantadas, foi consensuada a proposta de apresentação para a Cooperação Espanhola de um projeto “guarda-chuva” com o objetivo de fortalecer a institucionalidade de gênero dentro do Mercosul.

Será construído pelo Brasil um rascunho que será completado por Internet, conforme o que foi solicitado pela Cooperação Espanhola, onde estariam esboçados futuros projetos da REM, incluindo aí projeto contratação de pessoal para permitir trabalhar em direção à secretaria permanente, registro comum, tráfico de mulheres, enfrentamento da violência, participação política, entre outros.

Foi decidido que os recursos 2008-2009, de preferência, serão encaminhados seguindo a lógica de cooperação bilateral Espanha-Mercosul, porque para 2009-2010 já seriam alocados na Secretaria Geral da REM.

Esse ponto da pauta contou com a presença de representantes da Cooperação Espanhola, que deram informes sobre os trâmites para solicitação de apoio, no âmbito do projeto de Cooperação Mercosul - AECID.

7. Outros temas

7.1. Informe da OIT sobre a próxima Conferência Internacional de Trabalho (junho de 2009) que terá como tema: Gênero.

Como a Conferência Internacional é a instância máxima de decisão da OIT, esta será uma oportunidade de se realizarem balanços de atuações. Um “Gender Bureau” coordena as atividades, contando com a participação de Chile, Brasil e Costa Rica.

Destacou-se a importância de que os mecanismos de mulheres estejam acompanhando todo este processo, uma vez que a representação dos países é constituída pelos ministérios do trabalho, empregadores, trabalhadores.

Nesse processo destacou-se a relevância de se considerar que na América Latina a Agenda Hemisférica de Trabalho Decente define o combate à discriminação e igualdade de gênero, e foi assumida pelos estados-membros, propondo aumentar em 10%, num prazo de 10 anos, a participação das mulheres no mercado de trabalho e reduzir a metade a desigualdade.

A próxima Conferência Internacional será em 2010, e o tema Trabalho doméstico será central, supondo o aprofundamento das discussões para se avançar na equação trabalho e família (trabalho produtivo e reprodutivo).

Os índices do trabalho doméstico alcançam em média 16% para a região, com todas as implicações das condições de trabalho precárias, componentes étnico-raciais, não existência dos mesmos direitos que os trabalhadores assalariados, trabalho infantil forçado (associado com violência sexual, sobrecarga, etc.).

Está sendo proposta a discussão da adoção de um instrumento normativo, assinalando reconhecimento do tema do trabalho doméstico como um tema central, para a elaboração de um convênio sobre a questão.

Está em preparação um Informe Regional, em conjunto com PNUD, coordenado pela Especialista Regional de Gênero e Emprego e no Brasil pela OIT e SPM.

Para a Conferência de 2010, em novembro, no Chile, será discutido o informe regional sobre trabalho e família; no Brasil será feita reunião em 9 de março para discussão do tema no Cone Sul, na realização do 8 de março internacional na fronteira Brasil - Uruguai, na cidade de Rivera.

As delegações que vão à Conferência e que, portanto, tomam as decisões são definidas pelos países. Faz-se uma recomendação (não oficial) de que haja grande representação de mulheres. Seria importante que os mecanismos de mulheres fizessem parte das delegações.

7.2. Discussão sobre a continuação de articulação com a Reunião Especializada de Agricultura Familiar – REAF.

Foram dadas informações sobre as ações e estrutura organizacional da REAF, e das atividades que vêm sendo realizadas a partir do interesse mútuo da REM e REAF de estabelecerem articulações de trabalho.

Estão em discussão temas como crédito, financiamento, terra e comércio, análise dos programas nacionais; proposição sobre capacitação e socialização para os governos e tomadores de decisão. A partir disso, espera-se definir uma maior institucionalidade para os mecanismos de gênero da REAF para a região. Existem instrumentos que se vinculam a mecanismos de gênero, mas faltam equipes voltadas especialmente para isto.

Foram relatados os programas e iniciativas da REAF bem como a necessidade de se incluir a dimensão de gênero nos diversos eixos de trabalho como, por exemplo, internacionalização da terra, facilitação de comércio (há um grupo permanente de inclusão do estudo de participação das mulheres nas cadeias produtivas)

Na IX REAF realizada em Buenos Aires decidiu-se abraçar um novo ponto de trabalho: estabelecer cooperação multilateral para identificar melhor nossa situação e analisar a situação de gênero nos censos agropecuários. Brasil e Chile já haviam tomado a iniciativa de incluir gênero

nas suas análises e levarão a proposta de como avançar nesse sentido na reunião de novembro, no Rio.

Insistiu-se na necessidade de maior integração dos programas da REM e REAF para garantir presença mútua nas reuniões, bem como de financiamentos conjuntos. E para isso destacou-se a necessidade de que a REM acompanhe as discussões da REAF no Rio, para que se desenvolva um cronograma regional.

7.3. Discussão do tema da participação das mulheres nas operações de manutenção da paz.

Tendo em conta que as estatísticas mostram que os desastres naturais afetam as mulheres de maneira desproporcionalmente mais forte, foi destacada a importância de ações e políticas de incorporação das dimensões de gênero e equidade em situações de emergência, desastres e ajuda humanitária, bem como do fortalecimento das capacidades das mulheres nesses aspectos.

Foi ainda lembrado que os desastres naturais, atingem as mulheres de forma diferente que são, também nesses casos, submetidas a todos os tipos de violência. O México disponibilizou um manual de orientação e apoio para este tipo de ações.

Argentina apresentou um Projeto de recomendação para a participação das mulheres em operações de manutenção da paz e ajuda humanitária, ressaltando que os antecedentes de cooperação e atenção conjunta dos países da região em operações de paz e assistência humanitária devem ser aproveitados para o avanço de ações com a perspectiva de gênero (Anexo VIII).

Frente à constatação de que as políticas de gênero não são contempladas da mesma forma nas Forças Armadas dos diferentes países, foi proposta a criação de um observatório da mulher nas FFAA. A Argentina informou que pela primeira vez as mulheres foram integradas às Forças Armadas com funções típicas militares, tendo sido realizada uma primeira oficina regional em 2006. Foi feito cronograma até 2025 para a maior incorporação de mulheres, conforme preconizado pelas Nações Unidas.

Foi proposto, além da incorporação de mais mulheres nas missões de paz, inclusive nos processos de negociação de paz, que se realize capacitação em gênero para os homens e mulheres antes que sejam enviados para as missões, incluindo esse tema nos marcos da luta contra a violência contra as mulheres.

O Brasil destacou a relevância e propriedade da discussão da introdução da perspectiva de gênero e da participação das mulheres nas Forças Armadas, nesse momento em que se discute em diversos países alterações em seus sistemas militares e de defesa, propondo uma maior inserção dos civis nas Forças Armadas, ou mesmo a obrigatoriedade do serviço militar para mulheres.